



TERMO DE ABERTURA

Há-de este livro servir para escrituração de Actas à empresa SOCIEDADE FILARMÓNICA UNIÃO ARTÍSTICA PIEDENSE, Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de sob o nº 500 266 298.

Leva no fim o Termo de Encerramento.

Covada Beidade, em 02 de Janeiro de 2020

João Manuel Pires
António Almeida



Acta nº306

1 – Aos vinte e três dias do mês de Janeiro de 2020, reuniu em Sessão Ordinária a Assembleia Geral da Sociedade Filarmónica União Artística Piedense, nas instalações do seu ginásio, na Cova da Piedade, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto único – Apresentação, discussão e votação do Plano de Actividades e Orçamento de Receitas e Despesas, para o ano de 2020 (anexo 1).

2 – A Sessão teve início às vinte e uma horas, em segunda convocatória, com a presença de cinquenta e nove associados (anexo 2), sendo dirigida pelo Presidente da Mesa, José Manuel Maia, associado nº5009, pelo Vice-Presidente Domingos Torgal, associado nº 381 e pelos Secretários Manuel Alberto Santos, associado nº 520 e Elsa Dias, associado nº 5370. O Presidente da Mesa iniciou os trabalhos referindo-se à importância da participação dos associados nas assembleias gerais da SFUAP. Informou os sócios presentes que os contactos dos dirigentes estariam disponíveis, mediante a assinatura de uma declaração de sigilo. O Presidente da Mesa colocou à consideração dos associados a dispensa de leitura da acta nº 304, mas um associado por não conhecer o seu teor manifestou a sua discordância, pelo que a acta passou a ser lida, tendo sido votada e aprovada por unanimidade, pelos sócios que estiveram presentes na sessão relativa a essa acta e assim com direito a voto.

3 – O Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Direcção, Luis Gonçalves, para apresentação do Plano de Actividades e Orçamento para 2020, ressaltando que o Plano de Actividades se baseia num documento orientador – o Programa apresentado aos associados e que foi sufragado no acto eleitoral de Dezembro de 2019. O Presidente da Direcção apresentou, de forma resumida, o documento em apreço. Esclareceu que o documento teve como base a realidade da associação relativa ao ano de 2019, incorporando, por outro lado, os ajustes necessários em função do que se prevê realizar em 2020. Acrescentou que, a cumprir-se o previsto, se espera um resultado global de € 92.207,00 em 2020, com resultados positivos no valor de € 88.740,00 para o DAF e de € 326.394,00 para o DAC, e com resultados negativos no valor de € 286.670,00 para o DAD e de € 36.253,00 para o DACR/eventos.



4 - O Presidente da Mesa abriu a discussão do documento à assembleia. Interveio o associado Luís Filipe Pereira (nº 788), felicitando os membros dos corpos sociais eleitos e questionando o motivo pelo qual se abandonou o antigo projecto relativo à sede e qual o estado do novo projecto. Usou seguidamente da palavra a associada Ana Sofia Espirito Santo (nº10308), em representação dos pais das alunas da ginástica rítmica. Enalteceu o trabalho das treinadoras e o projecto das marchas e manifestou o seu receio pela eventual perda de uma das treinadoras, soltando à Direcção que tal não aconteça. Pediu a palavra Mário Mena (associado nº 1417) que solicitou esclarecimentos sobre o orçamento, relativamente à disparidade entre a área do campismo e as outras áreas. De seguida, Carlos Freitas (associado nº 333) saudou os dirigentes eleitos e abordou as questões da divulgação das actividades da SFUAP e das sessões da Assembleia Geral, bem como a imagem da SFUAP para o exterior. Referiu a necessidade de atrair novos praticantes e a criação de um gabinete de fisioterapia. Manifestou preocupações relativamente à qualidade dos técnicos de natação e à sua certificação. Sobre o orçamento criticou o facto de se prever verbas para investimento nuns departamentos, mas não noutros. Referiu os gastos avultados que os pais dos praticantes de natação desportiva suportam com as deslocações dos filhos às provas da modalidade.

4.1 - O Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Direcção, que prestou os esclarecimentos às questões colocadas pelos associados. Relativamente ao projecto antigo para a sede disse que este foi abandonado uma vez que tinha custos de construção inoportáveis e que se centrava em valências administrativas e pouco na vertente desportiva. Acrescentou que o novo projecto privilegia as actividades da SFUAP. Afirmou que ficou sensibilizado com o receio manifestado relativamente à ginástica, mas ressaltou que o prejuízo desta actividade ronda os 40,000€. Disse que gostaria que a SFUAP tivesse mais técnicos e que os salários fossem superiores, mas que terá de se encontrar o equilíbrio. Sobre a disparidade referida entre o sector do campismo e os outros sectores, disse que o campismo tem um saldo positivo e que os outros têm um saldo negativo. Disse considerar que a SFUAP é “um todo” e que deve vigorar o princípio da solidariedade. Acrescentou que “se uma parte acaba, o todo também acaba”. Acrescentou que não obstante os “números” incomodarem, e apesar do desempenho económico menos conseguido, o problema está contido e que se não houvesse contenção



esses resultados seriam bem piores. Sobre a questão da qualificação profissional, disse que todos os técnicos estão aptos para desempenhar a sua função, pois caso contrário não tinham sido contratados. Sobre investimentos referiu que não obstante não estarem previstos investimentos para o DAD, ao nível das instalações e equipamentos, este departamento tem a verba indispensável à sua actividade. Acrescentou que a Direcção tem o desafio de fazer o melhor possível com o mínimo possível sem reduzir os meios necessários.

4.2. – O Presidente da Mesa abriu nova ronda de intervenções por parte da assembleia. Interveio o Sr. Augusto Flor, associado nº 849, referindo que a Assembleia Geral é a fase mais democrática da vida de uma colectividade. Recomendou que se considerasse o princípio da igualdade de género nos documentos da assembleia. Considerou que a acta deveria ser feita de forma digital e mencionou que o documento posto à discussão deveria ter as páginas numeradas. Pediu esclarecimentos sobre a deslocalização do Parque de Campismo, questão referida no Plano de Actividades. Perguntou o que é que a Direcção prevê fazer relativamente ao acervo digital. Questionou qual o número de trabalhadores e o que se prevê relativamente à formação profissional. Referiu que 38% da despesa se deve a gastos com pessoal e perguntou qual o valor dos impostos pagos ao estado pela SFUAP. Disse que os subsídios atribuídos pelo estado à SFUAP, correspondem a 0,3% da estrutura da receita, o que contraria a ideia de que a SFUAP é “subsídio-dependente”.

4.3. – Usou da palavra Carlos Freitas, associado nº 333, reforçando que há casos concretos que levantam alguma preocupação relativamente à necessidade da formação dos técnicos. Acrescentou que a licenciatura não é suficiente e que tem de haver formação adicional ao longo do ano, perfazendo 10 créditos/5 anos. Insistiu na necessidade de intervir no edifício da sede. Louvou a preocupação da Direcção, relativamente às energias alternativas.

4.4. – Luis Filipe Pereira, associado nº.788, questionou qual a perspectiva da Direcção relativamente ao palácio Viúva Gomes.

4.5. – O Presidente da Mesa passou a palavra ao Presidente da Direcção para prestação de esclarecimentos sobre as questões colocadas pelos associados.



4.6 - O Presidente da Direcção esclareceu, relativamente ao projecto para a sede, que a intenção é criar um momento de partilha entre a Direcção e os associados para discussão desta matéria. Sobre o palácio da família Gomes, disse que há um contrato de comodato assinado pelo município, ainda válido por vinte e quatro anos, e que se houver respeito institucional cumprir-se-á esse contrato, salvo se verificarem condições vantajosas para a saída da SFUAP do edifício. Disse que o edifício estava muito degradado quando a SFUAP se instalou e que ainda se mantém graças às pequenas intervenções de manutenção que a SFUAP tem vindo a fazer, pelo que o edifício beneficiou com a presença das SFUAP. Lembrou a memória de Rui Fausto Monteiro e a sua disponibilidade para ceder a mão de obra para aquele efeito, sendo os materiais adquiridos pela SFUAP. Ressalvou que é efectivamente necessária uma intervenção mais profunda e que no anterior mandato autárquico a Direcção solicitou à Câmara Municipal de Almada essa intervenção, tendo a Câmara desenvolvido um projecto para recuperar o edifício e reforçar a sua estrutura. Disse que com a mudança da gestão autárquica mudaram os planos e que a Câmara actual quer fazer uma intervenção completa que implicaria a saída da SFUAP, não tendo, no entanto, indicado o local de destino alternativo. Sobre a questão da formação de técnicos, disse que as cédulas profissionais estão actualizadas e que não há qualquer situação de incumprimento relativamente a esta matéria. Disse que a Direcção tem preocupação com a formação, pelo que tem criado condições para a realização de acções de formação com a Federação Portuguesa de Natação, o Instituto Português da Juventude e outras entidades competentes de reputação mundial. Relembrou o evento "SFUAP SwimCamp" destinado a atletas de competição, mas também a técnicos. Disse esperar uma maior participação por parte dos técnicos. Sobre a questão dos impostos, que considerou muito importante, disse não ter informação detalhada naquele momento. Referiu que as despesas com o pessoal ultrapassam 38% da despesa total e que a essa despesa acrescem honorários. Relativamente ao parque de campismo disse não haver perspectiva de deslocalização mas sim uma ameaça de fecho dos parques da zona sul (SFUAP, CCCA e CCL) por parte do município. Referiu que um dos argumentos para o encerramento do parque é o perigo do galgamento do mar, mas que os galgamentos efectivos têm acontecido na zona norte e não na zona sul. Disse que a Câmara Municipal de Almada solicitou inspecções aos parques da zona sul a entidades oficiais (ASAE e Autoridade Nacional de Emergência e Protecção Civil) com o objectivo destas determinarem o encerramento dos parques. Reforçou que a Direcção irá lutar contra isto e que



eventualmente terá de tomar decisões que não são fáceis, mas que serão necessárias. Disse que, resumindo há ameaça de fecho (ameaça que vem do concelho) e que não há proposta de local para a deslocalização. Disse que há uma plataforma de contacto entre SFUAP, CCCA, CCL com a Federação de Campismo e Caravanismo de Portugal e o Ministério do Ambiente, com o objectivo de criar condições de diálogo relativamente à continuidade dos parques.

4.7. – O Presidente da Mesa sou da palavra para salientar alguns aspectos que considerou importantes. Referiu que de cada acta das assembleias será feito um memorando que acompanhará a actividade dos órgãos eleitos. Considerou que os associados terão de reflectir sobre a forma como poderão participar com ideias para o projecto da sede, antes da sua formalização. Disse estar satisfeito com a composição dos órgãos sociais e com a presença feminina nestes órgãos. Reforçou a importância da participação e do reforço da comunicação e da divulgação das actividades da SFUAP. Sobre o problema do campismo, manifestou preocupação com o facto de estar “em cima da mesa” tendências para o seu encerramento. Disse que existe unidade entre as três colectividades, mas que falta a componente da instituição local. Referiu que o Plano da Orla Costeira para Alcobaça-Cabo Espichel, obriga ao recuo dos parques e que até 2017 havia um Plano Director Municipal e Planos de Pormenor que “contrariavam” aquele Plano.

4.8. – Não havendo mais pedidos de intervenção, o Presidente da Mesa colocou à votação o Plano de Actividades e Orçamento de Receitas e Despesas, para o ano de 2020, tendo sido aprovado por maioria com três abstenções.

5 – Terminado este ponto da ordem de trabalhos o Presidente da Mesa deu início ao Período Aberto ao associados, sobre questões de interesse para a Sociedade Filarmónica União Artística Piedense.

5.1. – Tomou palavra Manuel Correia, associado nº.1004. Desejou um bom trabalho à nova Direcção e disse estar satisfeito com o trabalho da Direcção anterior. Perguntou se está planeado a SFUAP criar um museu com o seu espólio.

5.2. – Paulo Mena, associado nº.1348, interveio sobre algumas questões relacionadas com o parque de campismo. Disse que enviou uma carta à Direcção através do correio do parque. Disse achar que não há uma Direcção forte no Parque. Referiu que tem de se fazer um investimento dada a degradação das infraestruturas, mas que, no entanto, aplaude algumas intervenções que foram feitas. Criticou o facto de não haver uma



avaliação da integração dos novos campistas e disse que entram no parque pessoas que não têm a noção do que é a actividade e do que são as regras campistas. Considerou que deveria haver um regime probatório de um a três anos relativamente à suspensão de campistas, bem como punições. Disse, por causa de alguns comportamentos por parte de alguns campistas, há sócios que já não frequentam o parque. Louvou as iniciativas realizadas no âmbito da segurança (coberturas, incêndios, etc.), mas ressaltou que deveria haver um aviso sonoro em caso de emergência e que se deveria fazer um exercício de evacuação. Referiu que no ano 2000 se fez vistoria à parte eléctrica no seguimento do incêndio na zona 3 e que desde essa altura nunca mais se fez qualquer vistoria eléctrica. Louvou a pavimentação das ruas mas disse que também era importante pavimentar outros acessos. Disse que os gatos se tornaram um problema de saúde pública no parque. Saudou a colocação de contentores de lixo e do vidro e sugeriu que também se colocasse contentores para plástico e papel. Sugeriu que se realizassem mais actividades de carácter cultural e recreativo no parque. Criticou o facto de já não haver cinema, teatro, música e biblioteca e do salão de festas raramente ser usado. Lamentou que já não se faça o Fogo de Campo.

5.3 - Teve a palavra Álvaro Freitas (associado nº 121), referiu ser o mais antigo no parque de campismo, sócio há sessenta anos. Disse que o parque é um bairro, em vez de ser campismo. Disse que já não tem gosto no parque, que se torna insuportável no verão e ao fim de semana. Referiu-se à falta de civismo de alguns campistas. Criticou o facto de se ter aprovado quatro sócios honorários em assembleias anteriores, sem que esses sócios tenham feito algo que o justificasse. Sobre o palácio Viúva Gomes perguntou se a SFUAP terá de sair. Perguntou se é verdade que o concessionário do bar tem uma dívida para com a SFUAP. Enalteceu o sócio Mário Araújo.

5.4 - Usou da palavra Luís Filipe Pereira (associado nº 788) solicitando a pintura do edifício sede. Disse que o mastro da bandeira da sede está em risco de cair. Solicitou que se resolvesse o problema da falta de salubridade junto ao quiosque ao lado do acesso às piscinas, visto tratar-se de um local que serve de urinol e de lixeira.

5.5 - Carlos Freitas (associado nº 333) perguntou porque é que as viaturas não estão identificadas com o emblema da SFUAP. Referiu os cinquenta anos da Natação Desportiva na SFUAP sem ser assinalado.



5.6. – Fernanda Rodrigues, associada nº.983, disse estar desagrada com as declarações do Presidente da Direcção à comunicação social, a propósito do incêndio recente, visto ter dito que “a utente viúva do senhor que faleceu tinha deixado o tacho ao lume”, quando a causa do incêndio ainda não tinha sido apurada. Referiu a necessidade de maior fiscalização do parque, relativamente aos equipamentos e aos comportamentos.

5.7. – Orlando Gonçalves, director da Sociedade e associado nº.1455, disse reconhecer alguns dos problemas apontados pelos outros associados sobre o parque de campismo, mas os próprios campistas têm de contribuir e ajudar o parque. Acrescentou que nem todos os campistas são suficientemente cívicos. Apelou à denúncia da posição da Câmara Municipal de Almada relativamente ao parque de campismo.

5.8. – João Teles, associado nº.3065, referiu que se continuam a realizar vistorias aos equipamentos e que não é verdade algumas coisas que se afirmaram. Concordou com os simulacros.

5.9. – Teve novamente a palavra Álvaro Freitas, associado nº.121, referindo-se aos estatutos e regulamento do parque de campismo.

5.10. – Marta Duarte, associado nº 5704, felicitou a Direcção sobre as medidas tomadas para resolver o problema dos gatos e que têm resultado. Sobre o incêndio disse que a senhora da roulotte que ardeu tinha, efectivamente, deixado um tacho ao lume.

5.11. – O Presidente da Mesa passou a palavra ao Presidente da Direcção para responder às questões colocadas.

5.12. – O Presidente da Direcção esclareceu que a SFUAP tem uma sala cheia de peças com valor simbólico e que não está prevista para já implementação de um museu “tradicional”, mas que as peças poderão ser divulgadas nos “espaços intermédios” da SFUAP. Sobre as suspensões e punições de campistas disse tratar-se de uma questão “difícil” de justificar e lembrou que existem condições de admissão e que o regulamento prevê consequências para quem prevarica. Sobre as questões de segurança no parque de campismo, disse que a vistoria da Autoridade Nacional de Emergência e Protecção Civil não apontou o encerramento do parque e que emitiu um relatório do qual consta um prazo para apresentação de medidas de autoprotecção, que incluem um conjunto de melhorias físicas e comportamentais, tais como avisos e simulacros. Lembrou que este tipo de vistorias não foi solicitada pela Câmara Municipal de Almada relativamente aos parques de campismo da zona norte. Esclareceu que tem havido investimento nas instalações eléctricas. Sobre o problema dos gatos informou que



se gastaram dezenas de milhares de euros na esterilização e retirada dos animais. Acrescentou que estes são entregues a uma quinta no Cartaxo que dispõe das adequadas condições para os receber. Sobre a reciclagem de papel e plástico disse ter acolhido a ideia e que terá de se articular com os serviços de recolha de lixo. Sobre as iniciativas culturais, lúdicas e desportivas no parque disse que os campistas também têm de desafiar a Direcção com propostas e, por outro lado, aderir a coisas diferentes das mais imediatas. Deu como exemplo o protesto de alguns campistas sobre a actuação da banda da SFUAP no parque, sendo que a banda tem uma elevada qualidade. Sobre os sócios honorários disse que o título foi atribuído porque os sócios o mereceram. Sobre o concessionário do bar, disse que há um processo em curso ainda não concluído e que espera conseguir chegar a uma situação de equilíbrio. Sobre a pintura da sede disse que registou a sugestão. Disse que ia averiguar a questão do mastro da bandeira. Disse que a falta de salubridade junto do quiosque não é responsabilidade da SFUAP. Informou que as carrinhas da SFUAP estão identificadas. Sobre a intervenção televisiva disse que efectivamente podia ter feito um esforço de contenção, mas que as suas palavras foram o resultado de uma reacção a quente, no momento.

6 - Concluída a Agenda, o Presidente da Mesa encerrou a sessão, às vinte e quatro horas, da qual se lavrou a presente acta que vai ser assinada pelos membros da Mesa da Assembleia Geral.

José Manuel Maia

(Presidente da Mesa da Assembleia Geral)

Elsa Dias

(Secretária da Mesa da Assembleia Geral)

